

Percepções de estudantes adolescentes sobre a atuação da escola no enfrentamento ao abuso sexual intrafamiliar

Perceptions of adolescent students about the school's role in tackling intrafamily sexual abuse

Percepciones de estudiantes adolescentes sobre la actuación de la escuela en el enfrentamiento del abuso sexual intrafamiliar

Márcia Nunes

Mestra em Psicologia, Educação, Culturas e Identidades | Universidade Federal Rural de Pernambuco | Pernambuco | Brasil | E-mail: marciagnunes@yahoo.com.br | ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-2965-6727>

Hugo Monteiro Ferreira

Doutorado em Educação | Universidade Federal Rural de Pernambuco | Pernambuco | Brasil
E-mail: hmonteiroferreira@yahoo.com.br | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4583-831X>

Resumo:

Este estudo analisa como adolescentes percebem as possibilidades de atuação da escola no enfrentamento ao abuso sexual intrafamiliar. Realizado em uma escola pública municipal com meninas de 12 a 15 anos de idade, o estudo utilizou abordagem qualitativa, com coleta de dados por grupos focais e observação participante e análise segundo Bardin (2011). Os resultados indicam que a escola oferece fatores de proteção através da convivência social entre os estudantes e da atuação de profissionais específicos, mas oferece fatores de desproteção como ausência de espaços de escuta, falta de psicólogos na escola e violência. Identificou-se que a atuação escolar é muitas vezes limitada, restrita a ações pontuais, de modo que a falta de conhecimento dos estudantes sobre a temática ainda é um desafio. Recomenda-se que, para melhorar o enfrentamento do abuso sexual intrafamiliar, a escola deve estar preparada para fornecer mais informações sobre o tema e também criar ambientes acolhedores que favoreçam a expressão dos estudantes.

Palavras-chave: Abuso Sexual. Escola. Percepções de Adolescentes Meninas. Violência Doméstica.

Abstract:

This study analyzes how adolescent girls perceive the possibilities for schools to address intrafamilial sexual abuse. Conducted in a public municipal school with girls aged 12 to 15, the study employed a qualitative approach, using focus groups and participant observation for data collection, with data analyzed according to Bardin (2011). The results indicate that the school provides protective factors through social interaction among students and the involvement of specific professionals, but also presents factors of vulnerability, such as the absence of spaces for listening, the lack of psychologists

at school, and violence. The study identified that school-based interventions are often limited and restricted to isolated actions, while students' lack of knowledge about the issue remains a challenge. To improve efforts to address intrafamilial sexual abuse, it is recommended that schools be prepared to provide more information on the subject and create welcoming environments that encourage students to express their experiences and concerns.

Keywords: Sexual Abuse. School. Adolescent Girls' Perceptions. Domestic Violence.

Resumen:

Este estudio analiza cómo las adolescentes perciben las posibilidades de actuación de la escuela en el enfrentamiento del abuso sexual intrafamiliar. Realizado en una escuela pública municipal con adolescentes de entre 12 y 15 años, el estudio utilizó un enfoque cualitativo, con recolección de datos mediante grupos focales y observación participante, y análisis basado en la propuesta de Bardin (2011). Los resultados indican que la escuela ofrece factores de protección a través de la convivencia social entre los estudiantes y de la actuación de profesionales específicos, pero también presenta factores de desprotección, como la ausencia de espacios de escucha, la falta de psicólogos en la escuela y la presencia de situaciones de violencia. Se identificó que las acciones escolares relacionadas con el enfrentamiento del abuso sexual intrafamiliar suelen ser limitadas y puntuales, mientras que el desconocimiento de los estudiantes sobre la temática y sobre la red de protección sigue siendo un desafío. Se recomienda que la escuela fortalezca los espacios de escucha y confianza, amplíe las acciones educativas continuas sobre el tema y promueva una mayor articulación con la red de garantía de derechos.

Palabras claves: Abuso sexual. Escuela. Percepciones de adolescentes. Violencia doméstica.

1 INTRODUÇÃO

O abuso sexual infantojuvenil é um problema grave e complexo, caracterizado por atividades sexuais impostas a crianças e adolescentes, geralmente com fins de satisfação sexual por parte de uma pessoa próxima, majoritariamente homem, muitas vezes um membro da família. De acordo com Santos (2009, 2011), Habigzang (2018) e Faleiros (2004), essa forma de violência ocorre em um contexto onde a expectativa de proteção e segurança deveria prevalecer. A dificuldade de enfrentar o abuso sexual intrafamiliar é ampliada pelo estigma social e pela complexidade da intervenção dentro do ambiente familiar, além do poder exercido pelo agressor sobre a vítima.

A dimensão contemporânea desse fenômeno também é evidenciada por dados nacionais recentes. Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), entre 2021 e 2023 foram contabilizadas 164.199 vítimas de estupro e estupro de vulnerável entre crianças e adolescentes de 0 a 19 anos no Brasil. O levantamento evidencia a persistência da violência sexual como grave violação de direitos e reforça a necessidade

de ações permanentes de prevenção, identificação, acolhimento e proteção, especialmente nos espaços que integram a rede de garantia de direitos, entre eles a escola (UNICEF; FBSP, 2024).

Este presente texto trata-se de um recorte de dissertação de mestrado que buscou compreender as percepções de meninas adolescentes sobre o papel da escola no combate ao abuso sexual intrafamiliar. A pesquisa foi realizada com meninas de 12 a 15 anos em uma escola pública municipal, utilizando uma abordagem qualitativa através de grupos focais e observação participante, com análise dos dados conforme Bardin (2011). Os objetivos principais são: (1) Analisar se a escola é percebida como um espaço de proteção e promoção de direitos; e (2) Investigar como a escola pode contribuir para enfrentar o abuso sexual intrafamiliar.

A importância desta pesquisa reside na sua contribuição para o aprimoramento da atuação da escola no enfrentamento as violências, mas especificamente ao abuso sexual intrafamiliar, reconhecendo a escola como um local crucial para a proteção e a garantia dos direitos das crianças e adolescentes. Os resultados podem fornecer compreensões valiosos para a formulação de políticas e práticas educacionais mais eficazes, contribuindo para uma abordagem mais integrada e sensível ao enfrentamento do abuso sexual intrafamiliar.

2 CAMINHOS TEÓRICOS

2.1 Abuso sexual intrafamiliar

A violência sexual contra crianças e adolescentes de modo geral é um fenômeno complexo e multifacetado que se manifesta de várias formas e com diversas intensidades. Autores como Santos (2009) e Habigzang (2018) definem a violência sexual infantojuvenil como qualquer ato sexual imposto a uma criança ou adolescente por um indivíduo em estágio de desenvolvimento psicossocial mais avançado. Esta imposição pode ocorrer através de coerção direta, ameaça ou manipulação, resultando em graves consequências físicas e emocionais para a vítima.

A concepção de violência sexual intrafamiliar é particularmente relevante para esse trabalho. Como destaca Habigzang (2018), a violência sexual intrafamiliar ocorre dentro do ambiente familiar, sendo perpetrada por pessoas com laços afetivos ou de convivência com a vítima. A distinção entre abuso intrafamiliar e extrafamiliar não se dá apenas pela consanguinidade, mas pela existência de uma relação de proximidade e intimidade que caracteriza o vínculo familiar (Santos, 2011). Esta forma de abuso é frequentemente envolta em tabus e segredos familiares, o que pode dificultar sua identificação e intervenção (Vieira, 2015).

Os impactos do abuso sexual intrafamiliar são vastos e profundos. Em curto prazo, podem

incluir alterações comportamentais, apatia, insônia e sentimentos de culpa, bem como sequelas físicas, como lesões e doenças sexualmente transmissíveis (Santos, 2009). A longo prazo, as consequências podem se manifestar em transtornos psíquicos, dificuldades nas relações afetivas e problemas de saúde mental, como depressão e transtorno de estresse pós-traumático (Vieira, 2015; Habigzang, 2018). Estes efeitos são amplificados pela natureza coercitiva do abuso e pela dificuldade de denúncia, agravada pelo estigma social e pela invisibilidade do problema.

A atualidade dessa problemática é confirmada por evidências nacionais recentes. O relatório Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil (2024), elaborado pelo UNICEF e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, registrou 164.199 vítimas de estupro e estupro de vulnerável na faixa de 0 a 19 anos no período analisado. Esses dados reforçam que a violência sexual contra crianças e adolescentes permanece um fenômeno de grande magnitude e que seu enfrentamento exige estratégias contínuas de prevenção, proteção e articulação da rede de atendimento (UNICEF; FBSP, 2024).

A violência sexual infantojuvenil é frequentemente associada a um padrão de comportamento onde os(as) autores(as) do ato não apresentam características visíveis de perigo, o que pode ocultar a gravidade da situação. Esses perpetradores muitas vezes se apresentam de maneira afável e confiável, mascarando suas intenções e ações. A sutileza e a manipulação são comuns, o que dificulta a identificação precoce e a intervenção efetiva (Freire, 2012).

Portanto, compreender a violência sexual contra crianças e adolescentes, especialmente em contextos intrafamiliares, exige uma análise aprofundada das dinâmicas de poder, dos padrões de comportamento dos agressores e das respostas das vítimas. É essencial reconhecer que as formas de violência sexual, com ou sem contato físico, têm implicações graves e duradouras, demandando uma abordagem sensível e informada para a prevenção e intervenção (Santos, 2009).

2.2 A escola como integrante do Sistema de Garantia de Direitos (SGD)

A escola não se limita ao seu espaço físico, mas representa um ambiente educativo onde a política de educação se concretiza e se articula com outros direitos sociais. A educação é amplamente reconhecida como um direito fundamental, tanto em normas internacionais quanto na legislação brasileira.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção sobre os Direitos da Criança consagram a educação como um direito de todas as crianças e adolescentes (ONU, 1948; ONU, 1989). No Brasil, a Constituição Federal de (Brasil, 1988) reforça este direito, estabelecendo no artigo 205 que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família. A Constituição afirma que

a educação deve promover o desenvolvimento pleno do indivíduo, prepará-lo para a cidadania e qualificá-lo para o trabalho.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei Federal nº 8.069/1990 (Brasil, 1990), complementa essa perspectiva, assegurando a educação obrigatória e oferecendo uma série de direitos relacionados à igualdade de condições de acesso e permanência na escola, respeito pelos educadores e participação ativa dos estudantes. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), instituída pela Lei Federal nº 9.394/1996 (Brasil, 1996), por sua vez, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, definindo a obrigatoriedade do ensino fundamental e médio e a oferta de educação infantil.

Além dessas normas, o Plano Nacional de Educação (PNE) (Brasil, 2014) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) (Brasil, 2020) reforçam a educação como um direito humano fundamental e orientam a estruturação da política educacional. Esses instrumentos legais e normativos garantem que a educação se mantenha como uma prioridade social e um direito universal.

A escola, portanto, não é apenas um espaço físico de aprendizagem, mas um ambiente integral ao desenvolvimento das crianças e adolescentes. Ela é um local onde se cultivam não apenas conhecimentos educacionais, mas também valores sociais, autonomia, habilidades interpessoais e um senso de comunidade (Arroyo, 2004). A escola se configura como um espaço de socialização privilegiado, onde questões de cidadania, direitos e enfrentamento das violências podem e devem ser abordadas (Sposito, 2010).

No contexto do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), a escola ocupa um papel crucial no eixo da promoção de direitos. O SGD, estabelecido pela Resolução 113 do CONANDA (2006), é composto por três eixos principais: controle, defesa e promoção. O eixo de promoção engloba instituições e serviços que visam o desenvolvimento e a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes, incluindo escolas, creches, postos de saúde e outros serviços essenciais.

A escola, como integrante desse sistema, está responsável por garantir o direito à educação e por promover uma cultura de respeito e proteção. Ela deve operar em articulação com outras instituições do SGD, como conselhos tutelares, serviços de saúde e assistência social, para assegurar uma abordagem integrada na proteção e promoção dos direitos das crianças e adolescentes. A escola, ao se reconhecer e ser reconhecida como parte dessa rede, tem a responsabilidade de avançar como uma instituição participativa e democrática, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva para todas as crianças e adolescentes.

2.3 As possibilidades de atuação da escola no enfrentamento ao abuso sexual intrafamiliar

As ações preventivas devem ir além de campanhas temporárias e datas comemorativas, como o 18 de maio, data instituída em memória de Araceli Crespo, criança assassinada em 1973 em um caso emblemático de violência sexual que se tornou marco na luta pelos direitos de crianças e adolescentes no Brasil. Santos (2009) defende que a escola deve incorporar a educação sobre temas relacionados ao abuso sexual em sua rotina pedagógica. Isso inclui abordar questões como afetos, gêneros, consentimento e direitos sexuais de maneira integrada ao currículo escolar. A educação sexual deve ser planejada de forma a incluir discussões regulares sobre o respeito mútuo e a proteção do corpo, proporcionando aos estudantes conhecimentos e habilidades para identificar e se proteger contra abusos.

Adicionalmente, a escola deve promover um ambiente inclusivo e acolhedor, como sugerido por Santos (2011), e envolver os pais na educação preventiva. O envolvimento da família é crucial, especialmente para crianças em situação de maior vulnerabilidade social. A escola pode apoiar as famílias na construção de relações de confiança e no estabelecimento de redes de apoio, incentivando uma comunicação aberta sobre segurança e proteção (Santos, 2011).

Quando a escola identifica ou suspeita de casos de abuso sexual intrafamiliar, é essencial que tenha um protocolo claro e eficiente para a intervenção. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece a obrigatoriedade de notificação ao Conselho Tutelar em casos de suspeita ou confirmação de violência. A notificação é um passo crítico, pois permite o acesso da criança a serviços de apoio e pode interromper o ciclo de abuso. Santos (2011) enfatiza que a notificação deve ser feita de maneira formal e documentada, garantindo que a criança receba a proteção necessária e que o caso seja tratado com a devida seriedade.

No entanto, a prática revela que a notificação de casos de abuso sexual intrafamiliar ainda é insuficiente. Vieira (2015) observa que, apesar da obrigatoriedade legal, os números de casos denunciados por escolas são relativamente baixos. Santos (2011) aponta que a falta de conhecimento sobre os procedimentos corretos, a insegurança e a naturalização da violência são fatores que contribuem para essa lacuna. A implementação de políticas públicas eficazes e a capacitação contínua dos profissionais de educação são fundamentais para melhorar a qualidade e a quantidade das notificações.

Para uma intervenção eficaz, a escola deve estar preparada para realizar a notificação de forma segura, especialmente em casos onde o responsável pela criança possa estar envolvido. Em situações onde não é seguro comunicar o responsável, a escola deve notificar diretamente o Conselho Tutelar, garantindo que as providências necessárias sejam tomadas para proteger a criança (Santos, 2011).

O enfrentamento ao abuso sexual intrafamiliar pela escola envolve o compromisso com a

prevenção e também com as providências adequadas diante da identificação ou suspeita de casos, com a escola desempenhando um papel central em ambas as frentes. A implementação de atividades de educação preventiva e a criação de protocolos claros para a notificação de casos são essenciais para garantir a proteção dos estudantes. Além disso, a colaboração com a rede de proteção e a capacitação contínua dos profissionais são fatores cruciais para o sucesso dessas ações. Assim, a escola não só contribui para a formação de um ambiente seguro e saudável para os estudantes, mas também desempenha um papel ativo na construção de uma sociedade mais justa e protegida contra a violência sexual.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

O presente estudo foi conduzido com o objetivo de compreender as percepções de meninas adolescentes sobre a atuação da escola no enfrentamento da violência sexual intrafamiliar. Para alcançar essa compreensão, adotou-se uma abordagem qualitativa, que se revelou adequada para captar a profundidade das experiências e perspectivas individuais das participantes. De acordo com Martins (2004), a abordagem qualitativa é caracterizada pela valorização dos microprocessos e pela análise detalhada dos dados, o que permite uma interação efetiva entre pesquisador e participantes.

A pesquisa foi realizada em uma escola pública da rede municipal em Chã Grande, no interior do estado de Pernambuco. Esta escola oferece o Ensino Fundamental II, atendendo estudantes dos 6º ao 9º anos, e possui aproximadamente 1.050 estudantes com idades variando entre 11 e 18 anos, conforme o censo de 2023.

Os participantes do estudo foram meninas de 12 a 15 anos, regularmente matriculadas e frequentando a escola durante o período da pesquisa. A inclusão dessas adolescentes foi condicionada à assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que foi assinado tanto pelas participantes quanto por seus responsáveis legais. Este processo garantiu que todas as participantes estivessem plenamente informadas sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa, assegurando o caráter voluntário e ético da participação.

Para a coleta de dados, foram empregadas as técnicas de observação participante e grupo focal. A observação participante envolveu a imersão da pesquisadora no ambiente escolar, permitindo uma visão detalhada das dinâmicas sociais e interações diárias. A pesquisadora acompanhou as atividades escolares e as interações entre estudantes e docentes, registrando suas observações e reflexões em um diário de campo. Essa técnica proporcionou uma compreensão mais rica do contexto escolar e das

vivências das adolescentes, como sugerido por Martins (2004).

Os grupos focais foram conduzidos em dois encontros distintos, cada um com uma temática central específica. No primeiro encontro, o foco foi na percepção das adolescentes sobre a escola. As participantes foram convidadas a criar desenhos que representassem suas experiências e memórias relacionadas ao ambiente escolar. Essa atividade inicial facilitou uma discussão mais profunda sobre suas percepções e sentimentos em relação à escola, permitindo que os dados emergissem de forma natural e espontânea. O encontro foi estruturado com perguntas norteadoras abertas, que estimularam a expressão e a reflexão das participantes sobre o ambiente escolar, suas relações e experiências.

O segundo encontro concentrou-se na atuação da escola no enfrentamento do abuso sexual intrafamiliar. O encontro começou com uma breve explanação sobre o tema, incluindo a exibição de um trecho do vídeo “Que abuso é esse - Episódio 1”, que abordou o tema da violência sexual de forma educativa. A discussão foi dividida em dois eixos principais: as ações atuais da escola e as ações desejadas pelas participantes. As meninas discutiram as práticas existentes na escola e sugeriram melhorias e novas abordagens para enfrentar a violência sexual. A discussão foi facilitada para garantir uma participação ativa e a expressão de todas as opiniões.

Os dados coletados foram registrados por meio de gravações de áudio durante os encontros dos grupos focais e de anotações feitas no diário de campo. As gravações foram posteriormente transcritas, e o material foi organizado para análise. A análise dos dados seguiu a metodologia de Análise de Conteúdo Temática proposta por Bardin (2011). Este processo incluiu a preparação e organização dos dados, a codificação inicial das unidades de significado, a categorização dos dados em temas principais e a interpretação desses temas à luz do referencial teórico da pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para análise dos dados coletados nos grupos focais inicialmente foram identificadas unidades de significado das falas das adolescentes, as quais foram codificadas em palavras e frases curtas que capturam seu sentido essencial, sendo essas as subcategorias. Após a codificação, essas subcategorias foram agrupadas com base em semelhanças e significados de conteúdos formando categorias. Como se apresenta a seguir:

- a) CATEGORIA 1 - ESCOLA E PROTEÇÃO. Subcategorias: Convivência social e Profissionais Específicos.
- b) CATEGORIA 2: ESCOLA E DESPROTEÇÃO. Subcategorias: Ausência de espaços de escuta, Falta de Psicólogos na Escola, Violências.

- c) CATEGORIA 3: ENFRENTAMENTO AO ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR NA ESCOLA – REALIDADE. Subcategorias: Ações pontuais, Falta de informação (Educação Sexual), Desconhecimento da rede.
- d) CATEGORIA 4: ENFRENTAMENTO AO ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR NA ESCOLA – POSSIBILIDADES. Subcategorias: Ambiente de escuta/confiança e Educação/informação.

Para apresentação detalhada, cada uma dessas categorias serão apresentadas a seguir organizadas em tópicos. Junto a cada categoria apresentada serão trazidas discussões contextualizadas com o referencial teórico que as sustentem e citações exemplificativas do material analisado.

Categoria 1 - ESCOLA E PROTEÇÃO

Na categoria "Escola e Proteção", dois aspectos se destacaram: a convivência social e a atuação dos profissionais da educação.

- Convivência Social

Os dados revelaram que a convivência social dentro da escola é percebida como uma vantagem significativa. Os participantes consideraram a escola um espaço vital para a interação social e o desenvolvimento pessoal. Por exemplo, a Participante 7 destacou a importância da escola como um local de convivência, mencionando: “Pra mim a escola também é um lugar de conviver, é onde a gente passa grande parte do tempo e o ano que vem vai ser ainda mais, porque vai ser integral.” Esta observação foi corroborada por outras participantes que ressaltaram a importância de estar com amigos e colegas, mesmo em face de desafios. A Participante 8 expressou: “É muito bom estar na escola, tem muito problema e a gente pode até reclamar, mas é bom ficar com as amigas e os meninos também.”

A relevância da escola como espaço social foi ainda mais evidente durante a pandemia, quando a escola foi fechada e as participantes enfrentaram um aumento significativo no isolamento social. A Participante 8 refletiu sobre esse período dizendo: “Na pandemia mesmo não tinha gente, não. A escola estava fechada, então não tinha para onde ir, nem tinha o que fazer.” Este comentário ilustra a centralidade da escola como um espaço de socialização, especialmente para aqueles que vivem em contextos mais isolados, como as residentes no campo.

- Profissionais Específicos

A presença e o apoio dos profissionais da educação também foram identificados como aspectos positivos da experiência escolar. As participantes recordaram com apreço o impacto de docentes e outros profissionais que desempenharam papéis importantes em suas vidas. A Participante

8, ao falar de uma antiga professora, relatou: “Eu desenhei a escola que fica perto da minha casa e a minha professora quando eu era criança... Ela gostava até dos meninos que não eram bons e tentava muito ajudar todo mundo de lá.” Esse testemunho demonstra a importância dos vínculos positivos estabelecidos com profissionais da escola.

Além disso, as participantes reconheceram que, apesar das variações na disponibilidade e engajamento dos docentes, alguns profissionais oferecem suporte significativo e se tornam referências importantes. A Participante 5 observou: “Tem professor que a gente pode confiar, outros não. Mas eu acho que se tiver passando algum problema deve sim falar com o professor.” Esse suporte por parte dos profissionais da educação contribui para a criação de um ambiente escolar mais seguro e acolhedor.

Categoria 2 - ESCOLA E DESPROTEÇÃO

Na categoria "Escola e Desproteção", foram identificadas três subcategorias principais: "Ausência de Espaços de Escuta", "Falta de Psicólogos na Escola" e "Violências". Essas subcategorias foram agrupadas com base em aspectos negativos associados à experiência escolar, revelando dimensões significativas de desproteção para os estudantes.

- Ausência de Espaços de Escuta

Aqui destaca a falta de mecanismos institucionais que possibilitem aos estudantes expressarem suas preocupações e sentimentos. As respostas dos participantes, ao serem questionados sobre a presença de espaços para escuta na escola, foram unanimemente negativas, evidenciando uma ausência generalizada de canais efetivos para que os estudantes possam ser ouvidos. A participante 7 relatou: “Na escola ninguém escuta a gente, não. Não dá nem tempo de escutar ninguém, não. Quando o ônibus chega já é na hora da aula e quando termina as aulas já é a hora do ônibus.” De maneira semelhante, a participante 2 observou: “Tem assuntos, tarefas e trabalhos. A gente fala entre a gente, na hora do intervalo, na aula de educação física e pelo celular. Mas com o professor ou as pessoas da escola não fala, não. Só se tiver algum problema e for chamado.”

Essas declarações evidenciam a percepção dos estudantes de que a rotina escolar é excessivamente rígida e orientada para a execução de tarefas, deixando pouco espaço para a expressão de questões pessoais. Pessoa e Libório (2007) discutem que a pressão para cumprir currículos extensos pode limitar o tempo disponível para escutar os estudantes, um ponto corroborado pelas falas dos participantes. A escuta é uma ferramenta crucial para validar os estudantes como sujeitos, fortalecer a relação entre eles e a escola, e tornar o ambiente escolar mais acolhedor (Santos, 2011). A ausência de espaços sistematizados para a escuta, como rodas de diálogo ou momentos dedicados na rotina escolar, compromete o desenvolvimento de um ambiente educacional inclusivo e de apoio.

- Falta de Psicólogos na Escola

A subcategoria "Falta de Psicólogos na Escola", revela uma carência crítica de suporte psicológico. A falta de profissionais especializados contribui para a ausência de suporte emocional e psicológico adequado dentro do ambiente escolar. A participante 8 comentou: “Se a pessoa conversar é com a amiga ou com o amigo. Mas com alguma pessoa que trabalha na escola é difícil a pessoa falar. Na escola podia ter uma psicóloga pra gente conversar, mas não tem.” Ela também destacou a limitação do atendimento psicológico, observando que a psicóloga disponível foca apenas em demandas específicas relacionadas ao Centro Integrado de Saúde (CIS), deixando a maioria dos estudantes sem suporte psicológico acessível. A participante 7 complementou: “Na minha sala tem gente com crise de ansiedade e vai só pra direção ou pra casa. Uma menina da minha sala foi pra secretaria com crise de ansiedade, não melhorou e teve que ir pro hospital.”

Essas observações são consistentes com a Lei nº 13.935/2019 (Brasil, 2019), que prevê a presença de psicólogos nas escolas, mas que ainda enfrenta desafios significativos em sua implementação prática. Na instituição em questão, a psicóloga disponível está voltada para a educação inclusiva, limitando seu alcance e impacto. A presença de psicólogos na pesquisa de revelou como fundamental para proporcionar um suporte emocional adequado e para enfrentar os desafios comportamentais e emocionais dos estudantes.

- Violências

A terceira subcategoria, "Violências", aborda a presença de violência no ambiente escolar e em contextos familiares e comunitários. As participantes relataram experiências de bullying e agressões físicas na escola, bem como violência intrafamiliar. A participante 4 observou: “Tem gente que briga e tem gente que nunca brigou. Mas muita gente briga sim. Porque tem gente que não aguenta desaforo calado.” Outro relato, da participante 5, destacou a frequência e a gravidade das brigas: “Na escola tem briga de verdade mesmo. De boca e de cacete também. E não é só menino com menino não. Menina com menina também.”

Esses relatos evidenciam um ambiente escolar permeado por conflitos e violência, o que prejudica não apenas os envolvidos diretamente, mas também o ambiente escolar como um todo. O bullying, como destacado por Ferreira (2022), tem implicações graves para a saúde mental das vítimas, podendo levar a aumento da ansiedade, depressão e até risco de suicídio. A violência escolar cria um clima de insegurança e medo, comprometendo o desenvolvimento social e acadêmico dos estudantes e a qualidade do ambiente educacional.

Além das violências intraescolares, as participantes também abordaram violência em contextos familiares e comunitários. A participante 1 mencionou: “Eu tenho uma amiga que já passou por essas coisas em casa. Ela até fica indo lá pro Conselho Tutelar.” Essas falas revelam uma

familiaridade com situações de violência, demonstrando que os estudantes estão muitas vezes expostos a essas realidades, o que pode contribuir para a naturalização da violência em seus contextos cotidianos (Santos, 2011).

A análise dos dados sugere que a falta de espaços de escuta, a ausência de suporte psicológico e a presença de violência são aspectos críticos que contribuem para a desproteção dos estudantes no ambiente escolar. É imperativo que as instituições de ensino reconheçam e abordem essas questões para promover um ambiente mais seguro e acolhedor, atendendo de forma mais eficaz às necessidades emocionais e psicológicas dos estudantes e enfrentando os desafios da violência escolar e comunitária.

Categoria 3 - ENFRENTAMENTO AO ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR NA ESCOLA – REALIDADE

Nessa categoria as subcategorias identificadas foram: Ações Pontuais, Falta de Informação (Educação Sexual) e Desconhecimento da Rede.

- Ações Pontuais

Durante o grupo focal, as participantes relataram que as atividades escolares relacionadas ao abuso sexual intrafamiliar ocorrem de forma esporádica, especialmente durante o mês de maio. Essas ações, como a caminhada até a prefeitura em alusão ao 18 de maio, são vistas como um evento isolado, sem continuidade ao longo do ano. Uma participante destacou: “Teve um dia que tinha coisa na quadra sobre isso [...] tinha cartaz e era sobre isso de criança estuprada.” (PARTICIPANTE 6)

Essa descrição sugere que, embora haja uma tentativa de conscientização, a abordagem é limitada a um evento específico, não proporcionando uma educação contínua sobre o tema. Santos (2011) observa que a implementação de atividades educativas sobre violência sexual frequentemente se restringe a datas comemorativas e eventos pontuais, sem um planejamento sistemático que envolva todos os estudantes. Isso pode reduzir a eficácia da prevenção e educação sobre o abuso sexual, tornando as ações menos impactantes e mais superficiais.

- Falta de Informação (Educação Sexual)

Quando questionadas sobre a presença de educação sexual e prevenção de violência no currículo escolar, as participantes relataram uma falta de atividades consistentes e a percepção de que os temas são abordados de forma muito superficial. As respostas indicam que a educação sexual é rara e geralmente limitada a algumas aulas de ciências.

Questões relacionadas à sexualidade frequentemente enfrentam desafios devido a tabus e polêmicas, o que pode levar à falta de formação adequada dos profissionais de educação. Pessoa e

Libório (2007) acrescentam que a resistência das famílias e a ausência de formação específica para lidar com a educação sexual contribuem para essa situação. A falta de uma abordagem planejada e qualificada na educação sexual pode ser um fator crítico na prevenção de situações de abuso sexual, pois a educação sexual é um direito fundamental e uma responsabilidade da escola, conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (Santos, 2011).

- Desconhecimento da Rede

A terceira subcategoria identificada foi o Desconhecimento da Rede de serviços de garantia de direitos, como Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Conselho Tutelar. As participantes demonstraram uma compreensão limitada sobre esses serviços, evidenciada pelas respostas: “Eu vejo as casas, mas não sei para que serve, não.” (PARTICIPANTE 6) “O CRAS e CREAS é coisa do Bolsa Família.” (PARTICIPANTE 3)

Esse desconhecimento é preocupante, pois impede que as estudantes saibam como acessar ajuda e suporte em situações de violência. A falta de informações sobre os serviços disponíveis pode ser um fator significativo de desproteção. Quando questionadas sobre o Conselho Tutelar, as participantes mostraram confusão quanto ao papel desse órgão: “O Conselho a gente conhece sim porque eles vêm aqui na escola quando tem alguma confusão. Mas pro meu lado nunca teve confusão com eles não.” (PARTICIPANTE 5).

Esse panorama sugere uma lacuna na comunicação e na colaboração entre a escola e os serviços de garantia de direitos. A falta de conhecimento sobre a função e a disponibilidade desses serviços pode enfraquecer a capacidade da escola e da comunidade em oferecer suporte eficaz. Santos (2011) aponta que a conscientização dos direitos e a informação sobre os recursos disponíveis são essenciais para a proteção das crianças e adolescentes.

Esses dados destacam a necessidade de uma abordagem mais integrada e contínua na educação sobre abuso sexual e na promoção dos direitos dos estudantes. A implementação de um programa educativo sistemático e a melhoria na comunicação sobre os serviços de garantia de direitos são cruciais para fortalecer o enfrentamento ao abuso sexual intrafamiliar e garantir um ambiente escolar mais seguro e informativo.

Categoria 4 - Enfrentamento ao abuso sexual intrafamiliar na escola – possibilidades

Na categoria dois aspectos se destacaram: Ambiente de escuta/confiança e Educação/informação.

- Ambiente de Escuta/Confiança

Durante o grupo focal 2, emergiu a necessidade de se criar um ambiente de escuta e confiança

na escola para lidar com situações de abuso sexual intrafamiliar. As participantes destacaram que um espaço seguro e de confiança é essencial para que os estudantes se sintam confortáveis para compartilhar suas experiências e buscar ajuda. Por exemplo, uma participante mencionou: “Foi por isso que eu tinha falado naquele dia que era bom ter psicólogo na escola. Psicólogo que falasse com as pessoas que estão com problema mesmo. Podia ser falar com as meninas que têm com problema porque ficam chorando na escola. Tem que falar com elas e só descobri quem tá com problema conversando.” (PARTICIPANTE 8).

Essa fala reflete a necessidade de profissionais capacitados, como psicólogos, para facilitar a comunicação e o acolhimento das estudantes que enfrentam problemas pessoais. Segundo Lopes e Toman (2008), ambientes que favorecem a confiança e a expressão das vivências dos estudantes são cruciais para a quebra do silêncio em torno do abuso sexual. Uma escola que valoriza a escuta ativa pode não apenas identificar casos de abuso, mas também atuar de maneira preventiva.

Além disso, outra participante destacou a importância da confiança entre estudantes e funcionários da escola: “Na direção às vezes o estudante pode não ter coragem de dizer. Tinha que explicar que o estudante pode confiar e falar com o professor ou com alguém de confiança. Só conta algum problema se o estudante confiar na pessoa.” (PARTICIPANTE 3)

Ferreira (2022) argumenta que criar uma rede de escuta e diálogo permite que os adolescentes se sintam visibilizados e acolhidos, favorecendo sua saúde mental e bem-estar. A prática da escuta deve ser entendida como uma ferramenta essencial não apenas para identificar situações de abuso, mas também para promover a segurança e o suporte contínuo aos estudantes.

- Educação/Informação

A necessidade de educação e informação sobre abuso sexual foi igualmente enfatizada no grupo focal. As participantes mencionaram que programas educativos e materiais informativos são cruciais para a prevenção e enfrentamento do abuso. Uma das participantes relatou a importância de um curso oferecido na escola: “O curso que a gente do sítio participou foi muito bom. Foi nele que a gente aprendeu umas coisas sobre isso. Mas só teve daquela vez e só pra quem era do sítio. Nem foi tudinho, não, foram algumas, mas eu participei e as meninas também. Foi bom, a gente aprendeu as coisas. Aprender essas coisas é bom.” (PARTICIPANTE 8)

Essa observação sublinha a relevância de oferecer programas educativos que abordem temas como abuso sexual e saúde reprodutiva. Santos (2011) e Vieira (2015) defendem que a educação sexual é uma ferramenta essencial para a prevenção e intervenção em casos de abuso sexual. A literatura indica que a educação e a informação ajudam os estudantes a reconhecer e enfrentar abusos, além de proporcionar uma base para a construção de um ambiente escolar mais seguro e informado.

Além dos cursos, as participantes sugeriram o uso de materiais informativos como cartazes

para aumentar a conscientização: “Os cartazes do grupo que a gente participou tá lá perto da secretaria e disse que vai ter mais também. Aqueles cartazes poderiam usar e mostrar às outras pessoas daqui da rua e do sítio que não foram.” (PARTICIPANTE 1) “Podia ter esses cartazes na sala e também tem o número da polícia para a pessoa saber denunciar.” (PARTICIPANTE 1)

Essas sugestões reforçam a ideia de que a disseminação de informações sobre direitos e recursos é fundamental para o enfrentamento do abuso sexual. Pessoa e Libório (2007) identificaram que a falta de informação pode agravar a situação de abuso, enquanto Santos (2011) destaca que informações claras podem minimizar medos e fortalecer a confiança dos adolescentes em busca de ajuda. Fornecer informações sobre serviços de apoio e mecanismos de denúncia pode ajudar a superar barreiras relacionadas ao desconhecimento e à desconfiança, promovendo um ambiente mais informativo e acessível para os estudantes.

Assim, o fortalecimento dos espaços de escuta e a ampliação da educação e informação são duas abordagens essenciais para melhorar o enfrentamento do abuso sexual intrafamiliar na escola, conforme evidenciado pelas falas das participantes e suportado pela literatura relevante.

5 CONCLUSÃO

A violência sexual contra crianças e adolescentes constitui uma grave violação de direitos, cujas consequências podem comprometer diferentes dimensões da vida das vítimas. Quando ocorre no contexto intrafamiliar, a violência assume particular complexidade em razão das relações de proximidade, confiança e poder que envolvem vítima e autor. Nesse cenário, o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos mostra-se fundamental para a promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, exigindo a atuação articulada das diferentes políticas públicas e instituições que compõem a rede de proteção.

Os resultados deste estudo evidenciam que a escola constitui um espaço estratégico para a prevenção, identificação e encaminhamento de situações de abuso sexual intrafamiliar. A partir das percepções das adolescentes participantes, foi possível identificar aspectos da experiência escolar que favorecem a proteção, especialmente a convivência social e a existência de vínculos positivos com determinados profissionais da educação. Ao mesmo tempo, foram identificados fatores que fragilizam essa proteção, entre eles a ausência de espaços sistemáticos de escuta, a dificuldade de acesso a profissionais especializados, a presença de situações de violência no ambiente escolar e o conhecimento limitado sobre a temática e sobre os serviços integrantes da rede de proteção.

Os achados também evidenciaram que as ações relacionadas ao enfrentamento da violência sexual são percebidas pelas participantes como pontuais e pouco contínuas. A realização de atividades

concentradas em datas específicas, embora possa contribuir para a sensibilização, mostra-se insuficiente diante da complexidade do fenômeno. Nesse sentido, os resultados apontam para a necessidade de que a prevenção seja desenvolvida de maneira contínua, planejada e articulada à rotina escolar, envolvendo estudantes, profissionais da educação, famílias e demais atores do Sistema de Garantia de Direitos.

A relevância desses achados é reforçada pelo cenário nacional apresentado pelo UNICEF e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O levantamento referente ao período de 2021 a 2023 registrou 164.199 vítimas de estupro e estupro de vulnerável entre crianças e adolescentes de 0 a 19 anos no Brasil, evidenciando a magnitude da violência sexual no país. Esse contexto reforça a importância de ampliar estratégias de prevenção, informação, acolhimento e proteção, bem como de fortalecer o conhecimento dos estudantes acerca dos serviços que integram a rede de garantia de direitos.

A pesquisa também revelou que as adolescentes reconhecem a importância de ambientes escolares nos quais possam falar sobre suas experiências, dúvidas e preocupações com segurança e confiança. A criação e o fortalecimento de espaços de escuta, associados à formação continuada dos profissionais da educação, podem contribuir para ampliar as possibilidades de identificação de situações de violência e favorecer o acesso adequado à rede de proteção. Da mesma forma, ações educativas contínuas sobre direitos, proteção do corpo, violência sexual e formas de buscar ajuda podem contribuir para reduzir o desconhecimento identificado entre as participantes.

Nesse sentido, o enfrentamento do abuso sexual intrafamiliar no espaço escolar não deve ser compreendido como responsabilidade exclusiva da escola. A pesquisa aponta para a necessidade de articulação entre educação, assistência social, saúde, Conselho Tutelar e demais instituições que integram o Sistema de Garantia de Direitos, de modo a construir respostas integradas e adequadas às necessidades de crianças e adolescentes.

Embora os resultados permitam identificar possibilidades importantes para o fortalecimento da atuação escolar, reconhece-se que a pesquisa foi realizada em uma única escola pública municipal e contou com a participação de meninas adolescentes de 12 a 15 anos, o que delimita o alcance de suas conclusões. Dessa forma, estudos futuros poderão ampliar a investigação para diferentes contextos escolares, territórios e grupos de adolescentes, contribuindo para o aprofundamento da compreensão sobre as estratégias de prevenção e enfrentamento da violência sexual.

Conclui-se que a escola pode desempenhar papel relevante na proteção de crianças e adolescentes diante do abuso sexual intrafamiliar, especialmente quando dispõe de espaços de escuta e confiança, ações educativas permanentes, profissionais preparados e articulação efetiva com a rede de proteção. As percepções das adolescentes participantes demonstram que prevenir e enfrentar essa

forma de violência exige superar ações isoladas e construir práticas institucionais contínuas, acolhedoras e articuladas, nas quais crianças e adolescentes sejam reconhecidos como sujeitos de direitos e participantes ativos dos processos de proteção.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014.

BRASIL. **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília, DF: Presidência da República, 2019.

BRASIL. **Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Brasília, DF: Presidência da República, 2020.

CONANDA. **Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006**. Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2006.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Prevenção e atendimento em casos de abuso sexual: uma perspectiva brasileira**. Revista Brasileira de Terapias Psicológicas, v. 10, n. 2, p. 100-115, 2004.

FERREIRA, Hugo Monteiro. **A geração do quarto**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2022.

FREIRE, João Batista. **Violência sexual: a realidade e a subnotificação**. São Paulo: Contexto, 2012.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil: (2021-2023)**. 2. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; UNICEF Brasil, 2024.

HABIGZANG, J. M.; COSTA, A. Abuso sexual infantil e a influência familiar: análise e estratégias de apoio. **Psicologia e Sociedade**, v. 30, n. 1, p. 82-97, 2018.

LOPES, E. M.; TOMAN, A. Escuta e mediação na escola: uma experiência de formação de

educadores. *In*: KOLLER, S. H.; EISENBERG, M. M. (org.). **Escuta e educação**: diálogos possíveis. Porto Alegre: Artmed, 2008.

MARTINS, Gilberto. **Pesquisa qualitativa**: fundamentos e aplicações. São Paulo: Atlas, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Nova York: ONU, 1989.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: ONU, 1948.

PESSOA, A. S. G.; LIBÓRIO, R. M. C. A escola como indicador de proteção a jovens e adolescentes expostos a situações adversas. *In*: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE EDUCAÇÃO, 2., 2007, Araraquara. **Anais [...]**. Araraquara, 2007.

SANTOS, B. R. dos. **Guia de referência**: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual. São Paulo: Childhood – Instituto WCF-Brasil; Prefeitura da Cidade de São Paulo. Secretaria Municipal de Educação, 2009.

SANTOS, B. R. A influência das dinâmicas familiares no abuso sexual infantil. **Psicologia e Sociedade**, v. 15, n. 4, p. 70-85, 2011.

SPOSITO, Marília Pontes. A escola como espaço de socialização. *In*: FRANCO, Maria Amélia Santoro (org.). **Sociologia da educação**: um campo de cooperação e confronto. São Paulo: Cortez, 2010. p. 53-78.

VIEIRA, Monique Soares. **Rompendo o silêncio**: o enfrentamento da violência sexual infantojuvenil no âmbito dos CREAS tocantinenses. Porto Alegre, 2015.